



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Entrevista a Jornalistas de Emissoras de Televisão em 4 de julho de 1990

Bóris Casoy (SBT): Senhor Presidente, bom dia. Gostaria de agradecer o honroso convite para uma entrevista democrática, livre e aberta, num país democrático, livre e aberto como é hoje o Brasil.

A grande preocupação da população parece ser a inflação. Embora aparentemente a retórica do Governo seja no sentido de que a inflação está caindo. Mas os índices, os números que estão à nossa disposição são preocupantes. A inflação realmente caiu dos 85% para os 10% em que o Presidente da República prometeu que estariamos a esta altura, nos seus cem dias, mas dá sinais de inquietação, dá sinais de que está ascendente.

Como o Governo vê isso e quais as providências que estão sendo tomadas?

Presidente: Inicialmente eu queria, também, deixar registrada a minha satisfação por participar deste encontro com jornalistas tão credenciados junto à opinião pública e junto a seus colegas, para que possamos debater assuntos de interesse nacional.

Eu colocaria, como primeiro ponto para responder a esta pergunta, um fato extremamente positivo. Há 120 dias atrás, ou um pouco menos, estávamos convivendo com um processo de

espiral inflacionária vertiginosa, com uma inflação de cerca de 90% ao mês, e hoje estamos com ela em torno de 10% ao mês. É claro que isso não nos basta, é claro que isso não nos satisfaz interiormente, porque nós, seguidamente, nos questionamos e nos colocamos sempre à prova porque queremos vencer todos os nossos limites. E haveremos de vencê-los, porque é isso que espera de nós a sociedade.

O Governo, o meu governo, caracteriza-se por muita prática e pouca retórica. Temos muita prática, muita ação, muitas medidas e muitas respostas às expectativas nacionais. Os agentes econômicos — e essa é uma leitura que a nós importa bastante — quando ouvem ou recebem a informação de que a inflação, por exemplo, está em 10%, não se conformam apenas com essa informação simples. Querem saber como esse índice foi calculado. E esses agentes econômicos percebem que cerca de 70% desse índice de inflação está baseado no reajuste dos aluguéis, ou seja, traz a contaminação da inflação passada. Ele está no aumento do preço do vestuário, devido ao inverno que foi mais rigoroso do que se previa, e dos hortifrutigranjeiros, que também, em função do inverno, tiveram os seus preços muito elevados.

Os agentes econômicos também verificam que a sociedade, assim como eles próprios, estão confiantes no Governo, e no programa do Governo. Se esse não fosse o sentimento nacional, os ativos de risco já teriam dado sinais preocupantes. E o que nós estamos vendo é que o ouro, a prata, o dólar estão absolutamente estabilizados, diminuindo a diferença que separa o dólar oficial do dólar dito paralelo. Há um sentimento no País, e sobretudo também entre os agentes econômicos, de que a condução do programa vem sendo feita com muita rigidez e com absoluta disposição.

Quando verificamos que houve, por exemplo, uma retratação de 3% no mês de junho, no que diz respeito ao meio circulante, é algo extraordinário. Quando estamos verificando que depois de 12 anos voltamos a ter superávits orçamentários, superávits na balança comercial, superávits internos nas nossas contas, e que esses superávits não estão sendo utilizados para despesas ou para gastos, mas, na realidade, vêm sendo esterili-

zados via compra de títulos do Tesouro, constatamos que as políticas monetária e fiscal do Governo estão sendo acionadas com competência e com absoluto rigor.

Esses empecilhos impedem que hoje possamos estar, como gostaríamos, com um índice inflacionário, bem inferior a 10%. Mas podemos esperar que, já a partir de agosto, superados esses incômodos que fizeram com que os índices subissem a esse patamar de 10% — dentro ainda daquilo que prometi na campanha — nós tenhamos um processo inverso, e que a inflação caia desse patamar para níveis bem inferiores. Com esse objetivo é que não estamos admitindo ceder a nenhum tipo de tentação, porque temos hoje dois grandes conflitos: um nas relações capital-trabalho e outro na questão da produtividade, da eficiência e da competitividade.

No conflito das relações capital-trabalho, a tentação que temos sempre é a de fazer a indexação. Indexam-se preços e salários e tudo se resolve, todo o mundo fica satisfeito porque, embora isso seja um sonho, o trabalhador, por ter maior quantidade de dinheiro nas mãos no final do mês, acha que está tendo ganho real de salário, quando não está, o que é facilmente demonstrável. Temos então, que fugir da tentação da indexação dos salários, porque no momento atual, ela nos colocaria diante de duas alternativas dramáticas. A primeira seria a de uma hiperinflação, que alcançaria os 150% antes de um mês. A outra seria uma brutal recessão. Não podemos portanto, admiti-la porque isso seria jogar o Brasil definitivamente num precipício sem volta.

O segundo grande conflito é o da produtividade da eficiência e da competitividade. A maneira mais fácil seria a de cedermos à tentação do protecionismo facilitando as atividades monopolistas por cartéis, por grupos privilegiados. Essa seria a maneira mais fácil de resolver essa questão para acalmar, vamos dizer assim, o parque industrial como um todo. Mas a essa tentação nós também não podemos ceder. Temos é que perseguir de uma forma paulatina, não-abrupta, a competitividade. E os nossos industriais — a parte da elite que reputo como boa, que é exatamente a elite que sobrevive apesar do Governo, apesar dos entraves que o Governo coloca — são absolutamente com-

petitivos e resolverão as suas pendências e os seus conflitos pelas regras do mercado.

Quando da edição da nossa política industrial e do comércio exterior alguns diziam: «Vai haver uma quebra deira. A indústria nacional vai ficar desprotegida. Não pode ser jogada assim». Pressionavam para que revissemos essa política. Mas ela não será absolutamente revista, porque está perfeitamente enunciada, coerente e de acordo com o programa econômico de um modo geral e com a vontade e o desejo do País de se inserir, de uma vez por todas, no mundo moderno que está sendo construído agora no final desse milênio.

O Processo de Privatização

Boris Casoy: Presidente, nesta luta contra a inflação me parece que o senhor deixou de lado um detalhe importante, que é a parte do Governo, de combate ao déficit público. O Governo não estaria perdendo esse combate?

Presidente: Não, de jeito nenhum. O Governo, eu me permitiria dizer, vem fazendo como nunca a sua parte. Se há 120 dias mostrássemos a qualquer um brasileiro razoavelmente informado, o projeto de reformas que estariam implementando a partir do primeiro dia de Governo, ele diria: «Olha, me desculpe, mas isso é algo que não se pode imaginar que venha a acontecer».

O enxugamento da máquina burocrática, o processo de extinção de estatais, de autarquias, de conselhos, o processo de privatização, a desregulamentação do Estado, a retirada do Estado de áreas nas quais ele não tem nenhum interesse a defender nem a preservar, tudo isso vem sendo feito, e com bastante rapidez.

Às vezes, somos questionados por pessoas que dizem que falta o Governo fazer a sua parte na questão da privatização.

Realmente, não se iniciou efetivamente o processo de privatização, porque vivemos hoje dentro de um regime absolutamente democrático, no qual os poderes desempenham em sua plenitude, em sua latitude e em sua longitude, as suas atribuições. Nós estamos aguardando que o Senado aprove a Comissão de Privatização» — já aprovada pela Câmara — para que possamos, do ponto de vista legal, dar curso ao processo de privatização. Isso não significa dizer que estamos parados à espera dessa aprovação no Senado. Não esperamos ter dificuldades maiores para que os senhores Senadores concedam seu apoio à essa iniciativa. Paralelamente, estamos caminhando com o processo. Já temos preparada a documentação das sete primeiras empresas estatais que serão privatizadas.

É claro que teremos de enfrentar algumas dificuldades de percurso. Mas isso não significa que a gente vá parar o nosso projeto de reformas, nem que haja conflito entre Poderes. Quando um Poder dá uma interpretação diferente da de outro, alguns entendem que está havendo conflito de Poderes. Só pode imaginar assim quem não está acostumado com o processo democrático. Temos também que realçar que a Constituição é muito nova, uma Constituição de 1988, e que efetivamente está sendo hoje colocada em prática.

Todos sabemos que a Constituição deixou alguns claros que deveriam ser preenchidos, como deverão, eu espero, por legislação complementar a ser votada pelo Congresso. Mas até o presente momento, ela não foi votada. Então, ela dá margem a interpretações. O Executivo pode ter uma interpretação; o Legislativo pode ter a sua interpretação. Caberá, então, ao Poder Judiciário esclarecer, nesses casos, qual a interpretação correta ou mais de acordo com o espírito da lei, como o espírito do dispositivo constitucional que está sendo argüido junto ao Supremo Tribunal Federal.

Estamos respirando novos ares, estamos vivendo um novo momento, rico de experiências, de procura incessante de soluções adequadas para as questões nacionais, de respostas rápidas nas demandas da sociedade brasileira. E é nisso que estamos caminhando, com muito entusiasmo, com absoluta determinação

e com muito ideal, sabendo que só poderemos mudar o Brasil no momento em que mudarmos a prática do exercício da vida pública. E é isso que estamos tentando realizar.

As Bases de Sustentação Política

Joelmir Betting (TV Globo): Presidente, até para enxugar o Governo, a máquina estatal, até para zerar o déficit público, o senhor vai precisar do Congresso, vai precisar dos governadores e até dos prefeitos. Mas parece que o senhor não pretende se envolver na eleição de outubro. O senhor não gostaria de plantar desde já uma boa sustentação política para o Congresso com o qual o senhor vai governar nos próximos quatro anos?

Presidente: Veja bem, eu governo com ideal, com um sentimento de responsabilidade para com esse momento difícil da vida nacional, mas sobretudo eu governo por ideal. Essas eleições são fundamentais para o futuro do País. É muito importante que a sociedade brasileira esteja muito atenta para os candidatos que estão colocando as suas idéias e as suas plataformas à discussão e à apreciação pública.

É importantíssimo que o eleitor escolha, sem a motivação do atendimento de interesses pessoais. Que o eleitor rejeite a prática do favor em troca do voto, que o eleitor vote na qualidade do parlamentar e do governador. É fundamental que nessas eleições possamos construir um Congresso Nacional ainda melhor do que aí está. E isso é possível, basta que o eleitor tenha consciência de que o seu voto será determinante para a consolidação, para a finalização desse projeto de reformas que iniciamos, por delegação expressa, por mandato expresso do povo brasileiro, que, quando votou, não votou só na pessoa do Presidente, mas no seu programa de governo.

Eu pertenço a um pequeno partido. Durante a campanha eleitoral, depois que alcancei índices expressivos nas pesquisas, passei a receber informações de que «a», «b», ou «c» gostariam

de ingressar no meu partido. E eu sempre desestimulava esse ingresso porque não desejava me utilizar deste mecanismo extremamente artificial de «fortalecimento» (entre aspas porque aparente) de um partido político. Depois da eleição, disseram: «Bom, agora o Collor vai constituir a partir desse núcleo, do pequeno partido que tem, um grande partido para ter sustentação parlamentar».

O partido será do mesmo tamanho, praticamente, desde que saiu das eleições. Em nenhum momento me utilizei da força que o poder democrático coloca ao lado de um Presidente para tentar engordar o partido, para tentar forjar uma base de sustentação parlamentar. Se eu agisse com essa prática antiga, estaria forjando um governo com base no atendimento fisiológico, do interesse pessoal. O que temos que fazer nesse momento no Brasil é dar atenção ao interesse público. Acho que já é passado aquele momento de se dizer, como se dizia: «O fulano só vai votar se tiver atendido esse pedido». Essa é uma prática extremamente atrasada que não podemos mais aceitar. Isso é um horror, isso contamina a vida pública.

De modo que nessas eleições, como já disse, desejo, como brasileiro e como cidadão, que cada um dos brasileiros faça realmente um exame aprofundado dos candidatos e escolha aqueles que tenham qualidades para representar e bem exprimir a sua confiança e a sua vontade, não permitindo que nada interfira nessa sua decisão.

A participação do Presidente da República, num processo como esse, poderia eventualmente induzir o voto de «a», «b», ou «c», e eu não quero fazer nenhum processo de indução. Desejo que a sociedade escolha livremente aqueles candidatos que pareçam ser os melhores e que mais possam contribuir para o Brasil, que trabalhem em função do interesse público e não do interesse pessoal. A política é uma atividade nobre, não pode ser considerada uma profissão vil, como infelizmente alguns fazem.

Meu afastamento das eleições não significa que deixarei de acompanhar a cena política. Estarei sentado na primeira fila, acompanhando atentamente o desenrolar desse processo político eleitoral, mas sem que haja da parte do Presidente da Repúbl-

ca, em nenhum instante, de nenhuma maneira, uma interferência nesse processo, cuja participação caberá única e exclusivamente ao povo e à sociedade.

«Iniciativa para as Américas»

Carlos Chagas (TV Manchete): Presidente, as esperanças — não sei se esperanças ou ameaças — do Presidente George Bush, de transformar o continente americano, do Alasca até a Terra do Fogo, num imenso mercado livre, não dão um pouco de receio ao Governo brasileiro? Isso não pode prejudicar a nossa indústria? É mais ou menos como colocar um jovem, menino, desdentado, faminto, que mora na rua, na mesma linha de um rapaz de família abastada, que se alimenta bem, que tem saúde, e dizer para os dois: «É a livre concorrência. Podem correr, quem chegar primeiro naquele poste ganhou». Não é mais ou menos isso, Presidente?

Presidente: Eu acho que o plano do Presidente George Bush é um plano que sinaliza para algo muito importante, ou seja, a preocupação e o volver de olhos para a América Latina e a América do Sul.

Vejam bem que até 15 dias atrás nós estávamos discutindo as nossas preocupações em relação ao que ocorre no Leste Europeu, não por esse espetáculo formidável de vitalidade, de cidadania, que vem sendo proporcionado pelos países do Leste Europeu, pelos povos que compõem aqueles países, mas, sobretudo, pelo fato de que esses países, ingressando na modernidade, se tornassem mais um pólo de atração de capitais, com o qual nós teríamos que competir. Afinal, o Leste Europeu estaria em condições de oferecer vantagens, como é normal, para que os investidores aplicassem seus recursos, desenvolvendo um parque industrial ou uma matriz industrial.

De repente vem esse outro sinal, que acho temos que analisar. Esse sinal do governo norte-americano nos dá a seguinte

leitura: independentemente do que esteja acontecendo no Leste Europeu, independentemente dos interesses que eventualmente nos atraiam, nós não estamos esquecidos da América Latina, nem da América do Sul, em particular. Eu acho que essa é uma sinalização muito importante.

Quanto à questão do mercado livre, isso não quer dizer que essa questão seja imediatamente aplicada na prática. Nós estamos hoje verificando que o mundo se fecha em megablocos. Temos o continente europeu, agora com algumas dificuldades em função da unificação das duas Alemanhas, mas que eu entendo serão superadas com relativa facilidade; temos o bloco asiático; temos o bloco americano — Estados Unidos, Canadá e o México, que também se integrou. E ficávamos nós, aqui. Qual o nosso futuro? Saímos de um processo de guerra fria, da bipolarização das relações internacionais para a polarização em vários blocos das questões internacionais, envolvendo aí fatos econômicos. Como é que poderíamos ficar isolados desse resto do mundo?

Isso significa também — é outra leitura que se tem do chamado Plano Bush — que a América Latina e a América do Sul não deixarão de ser entendidas como uma parcela fundamental na criação desses blocos. Essa é a leitura que eu faço, do ponto de vista positivo. Em conversa como Presidente eleito com o Presidente Bush, ele, em encontro que mantivemos na Casa Branca, pincelava um programa mais ou menos parecido com esse, um programa para a América Latina. De modo que essa é a leitura que eu faço, positiva, do programa anunciado pelo Presidente americano.

Comércio Internacional

Carlos Chagas: Presidente, e aquela história que a gente ouve, lá de cima, que as nações não têm amigos, mas têm interesses? Será que isso vai nos favorecer?

Presidente: Sem dúvida, a cada dia mais. O que verificamos hoje é que prevalecem nas relações modernas e efetivas, os interesses a serem atendidos. Nesta mesma viagem que me levou aos Estados Unidos, eu ouvia: «Bom, nós estamos aqui, Senhor Presidente-eleito, para saber de que maneira podemos ajudar o senhor e o Brasil». Eu dizia: «Eu não estou aqui para pedir nada aos senhores. Vim apenas para dizer — se é do interesse dos senhores ouvir — o que me move para esse início próximo de governo, qual é o meu programa de governo, o que farei, quais as intenções do Governo que foi eleito. Se em função disso, da aplicação desse nosso programa de governo, o Brasil começar a gerar expectativas positivas, eu estarei lá para recebê-los, dentro das regras que nós estabelecemos, e que serão poucas, estáveis e inteiramente abertas ao mundo, sem nenhum tipo de preconceito».

De modo que, à medida que os interesses estejam sendo atendidos, que existam vantagens recíprocas para os países, nós faremos tudo para nos envolver. É ilusório supor que se pode conseguir tudo, do ponto de vista da relação comercial com outros países, sem se ceder em alguns pontos. Não podemos querer exportar pelo preço que desejamos, para os mercados que desejamos, se de alguma maneira, de nossa parte, não criamos algumas facilidades para que produtos de outros países cheguem também ao nosso mercado. É nesse tabuleiro que hoje se desenvolvem as relações internacionais, ancoradas fundamentalmente nas relações comerciais. E elas têm que ser mutuamente vantajosas para todos aqueles que estejam participando desse tablado, desse quadro internacional.

O Plano Econômico

Marília Gabriela (TV Bandeirantes): Presidente, eu gostaria de conversar com o senhor sobre o Pacto Social, e como complemento disso eu gostaria de fazer uma pergunta preliminar. O plano econômico mexeu com todos os setores da sociedade bra-

sileira. Não houve ninguém que não tivesse sido afetado. Eu gostaria de saber do senhor quem é que de fato está ajudando esse plano e quem de fato está atrapalhando. Industriais? Banqueiros? Sindicatos? Congresso?

Presidente: Nós temos dois tipos de corporação no País. São duas corporações que realmente atrapalham — não ao Governo, porque nós vamos levar isso, temos cinco anos pela frente, vamos tocando e sabemos que estamos no caminho certo. Nós somos, nada mais nada menos, como já disse, delegados da população que nos deu um mandato para fazer cumprir esse programa que também a população escolheu. Mas essas duas corporações são aquelas que geram o chamado capitalismo selvagem, de um lado, e na outra ponta, o sindicalismo selvagem. Um existe em função do outro.

Existe um sindicalismo selvagem, que é o sindicalismo que eu diria irracional, que se nega a encontrar uma saída comum para problemas comuns, que se omite de uma efetiva participação — não somente com o simples fato de estar sentado à mesa, mas de buscar uma forma de conciliar os interesses que insuflam, de uma maneira impatriótica em alguns setores, sem necessidade. Esse sindicalismo gera o tal do capitalismo selvagem, que é o capitalismo que sobrevive única e exclusivamente na sombra do Estado, do Governo, que não vive sem os benefícios do Governo, e que explora os trabalhadores querendo imputar-lhes um ganho em desacordo com a qualidade ou quantidade de serviços que estejam prestando.

É a tal coisa, a gente não sabe quem nasceu primeiro: se um ou outro. Mas os dois existem. E o que verificamos é que em alguns instantes nesses cem dias de governo eles estiveram juntos para combater o plano. Estiveram juntos inclusive formulando, estabelecendo um plano de ação de como deveriam agir, perfeitamente entendidos, porque também ambos sabem que um sem o outro não sobrevive. Eles se retroalimentam nessa ignorância que têm dos tempos modernos, do novo ciclo econômico e da vida como um todo, que hoje estamos presencian-
do no Brasil. Então esses realmente prejudicam, atrapalham, di-
ficultam a nossa caminhada. Eles sabem que podem criar tantas

dificuldades quantas queiram e imaginem. Mas, fundamentalmente, eles sabem que essas dificuldades não serão nunca mais fortes do que o nosso ideal e do que a nossa determinação.

O segundo problema que temos com o plano é a questão da cultura inflacionária. Não sem justificadas razões a sociedade criou, subconscientemente, uma cultura inflacionária. Depois de 20 anos de inflação, depois de quatro planos econômicos frustrados, a pessoa que vende na esquina balas e chocolates acorda um dia e diz assim: «Hoje eu tenho que aumentar o preço». E se alguém repara: «Mas por que aumentar o preço?». Ele diz: «Não sei. Tenho que aumentar». Esse é o germe da cultura inflacionária. E isso é terrível.

Aqui mesmo em Brasília um amigo meu contou um fato que apenas sublinha essa minha argumentação. Vinte ou 30 dias depois do plano, ele foi lavar o carro e pagou x. Agora ele foi lá e cobraram 20% mais caro pelo estacionamento com a lavagem do carro. E ele perguntou ao lavador: «Por que você está aumentando o preço? O que que houve? Aumentou o preço do sabão, aumentou o transporte, aumentou alguma coisa?» Ele disse: «Não! Aumentei porque aumentei».

Essa é a questão da cultura que a gente vai ter que combater também. Nós vamos viver numa sociedade com uma economia estabilizada, com salários reais, com emprego, com desenvolvimento, com justiça social. Tudo isso é possível. Agora, para isso é necessário que desarmemos os espíritos. De um lado, aqueles que ainda nutrem esse germe da cultura inflacionária; do outro lado, esses que entendem que a vida econômica tem que encontrar na selvageria da relação a fórmula ideal de conviver.

O Entendimento Nacional

Jornalista: Presidente, o Pacto Social é um recurso que de repente pode se tornar vital para o sucesso desse plano, para a continuação desse plano. Eu gostaria de saber do senhor se o

Governo pretende fazer uma nova tentativa, reunindo numa mesma mesa empresários e sindicatos. Nesse caso, o que é que o Governo poderia oferecer?

Presidente: Sem dúvida. O fato de alguns setores terem tornado impraticável aquele entendimento que todos nós supúnhamos ser coroado de êxito não significa que o Governo abandone essa idéia. Não! De nossa parte nós estaremos buscando sempre esse entendimento, porque ele é fundamental.

Eu dizia no decorrer de toda a minha campanha: seja qual for o Presidente que vier a ser eleito, esse Presidente não poderá governar sozinho nem tampouco com um partido, nem tampouco com um grupo de partidos. Esse Presidente terá que governar dentro de um entendimento nacional. E ele é fundamental. Todos desejamos isso.

O que eu espero de alguns setores que se negam a dar a sua colaboração ao País nesse instante importantíssimo e histórico da nossa vida é que eles evoluam em sua percepção. Eu não estou pedindo apoio ao Governo. O apoio que o Governo precisaria ter, ele já teve nas urnas. Foram 21 milhões de votos no primeiro e 35 milhões de votos no segundo turno. Esse é o grande apoio dentro da vida democrática. Eles ficam com essa idéia de que sentar-se à mesa com o Governo significa apoiá-lo. Isso é uma coisa atrasada, isso é uma coisa do Quinto Mundo.

Como é que não se podem sentar à mesa pessoas de ideologias diferentes, de pensamentos diferentes, quando o que nos chama à mesa é o interesse nacional? Nem eu vou me tornar marxista se sentar à mesa com um empedernido marxista, nem um marxista vai se tornar uma pessoa do livre mercado e que defende a economia de mercado como eu. Mas nós podemos nos sentar, sim, e encontrar fórmulas conciliatórias através das quais encontraremos saídas para atender o interesse nacional.

Então, a busca desse entendimento continuará sendo uma tônica e uma prioridade do Governo. Eu espero que possamos, dentro de um curto espaço de tempo, mais uma vez, sentar para atingirmos esse objetivo.

Combate à Violência

Jornalista: Presidente, uma das graves preocupações nesse momento da sociedade brasileira é o aumento da criminalidade, da violência, do crime organizado. O seu Governo já tomou algumas providências propondo penas maiores para alguns desses crimes que apavoram a sociedade brasileira. Mas tramita no Congresso proposta, projeto instituindo a pena de morte no País depois de consultar a população através de um plebiscito. Como é que o senhor se posiciona? Contra ou a favor da pena de morte?

Presidente: A minha posição em relação a isso é de que os governos estaduais, obedecendo ao princípio federativo que rege não somente a República, mas a própria Constituição, por consequência, têm que encontrar meios, maneiras e métodos mais eficientes de combate à criminalidade. Em alguns estados da América do Norte existe a pena de morte, e nem por isso crimes passíveis de pena de morte deixam de ocorrer.

Nós não podemos, por maior que essa seja a tentação, por mais que seja esse o primeiro impulso, tirar a vida de uma pessoa que tenha cometido um crime hediondo. Dizem que se tivesse a pena de morte isso não aconteceria. É engano, porque a pena de morte não significa o fim desses crimes. Embora eu respeite, compreenda e até ouça com algum interesse aqueles que defendem o instituto da pena de morte, eu não posso compartilhar desse pensamento.

Eu compartilho da idéia de que esse índice de criminalidade, que é realmente preocupante, de que essa escalada de seqüestros, que é atemorizante, devam ser combatidos de uma maneira eficaz, por uma polícia bem aparelhada, por uma polícia que esteja apta a prevenir e não a remediar. Depois do seqüestro praticado, depois da amargura e dos anos de vida que a família inteira do seqüestrado perde em função da angústia pelos dias de espera, a ação sempre será tardia. A ação posterior é elogável, tem que ser feita, é claro. Tem que prender,

tem que descobrir e quem é que foi, quem é que não foi. Mas isso não repara, isso não recupera, isso não restaura o dano feito.

Assim, a polícia tem que ter mecanismos de prevenção eficientes contra o crime. E isso também está associado a uma outra questão, a questão social, que é o trágico cotidiano de milhões de brasileiros, fruto de um modelo econômico anacrônico, de uma concentração de renda excessiva, do aumento no número de crianças nas ruas, do aumento do consumo de drogas, do aumento da criminalidade. Enfim, tudo isso faz parte de um conjunto.

O que tem que haver é um melhor aparelhamento da polícia, um melhor preparo da polícia. Ela tem que receber o apoio necessário para que possa desempenhar bem as suas funções. Eu já determinei ao Ministro da Justiça que entre em contato com os governadores de três Estados — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais — para colocar à disposição desses governadores, e particularmente do Estado do Rio de Janeiro, aquilo de que possa dispor o Governo Federal para ajudá-los no combate, para pôr fim, de uma vez por todas, a essa onda de seqüestros que realmente nos traz muitas expectativas.

Atividade Econômica e Preços

Joelmir Betting: Presidente, o Brasil adotou a retranca no futebol para ganhar a Copa e a recessão na economia para acabar com a inflação. Acontece que o brasileiro só sabe jogar no ataque, nos gramados e nos negócios. A retranca na Copa foi um suicídio. A recessão na economia poderá ser o suicídio do próprio Plano. O negócio não é deixar o time jogar e o mercado passar?

Presidente: Sem dúvida, esse é o nosso grande objetivo. E nós temos sinalizado, temos dado sinais claros de que é por aí que vamos caminhar. Os índices que estamos recebendo, por exem-

plo, de reativação industrial são animadores. Sem dúvida houve uma paralisação na atividade econômica, logo nos dias seguintes à edição do Plano, mas que não chegou a causar o que alguns têm qualificado de recessão — eu diria que o que houve foi uma acomodação da atividade econômica às novas regras estabelecidas e ao programa econômico. E o que nós estamos verificando é que está havendo essa reativação paulatina. Todos os indicadores nos dão conta disso.

É claro que um plano dessa magnitude não poderia ser implementado sem que trouxesse algum incômodo à sociedade como um todo. Mas eu acredito que se se fizer uma relação custo-benefício do programa em relação ao que ele trouxe de desacertos para a atividade econômica, acho que o saldo é bem positivo.

E tanto, nós estamos sinalizando na direção do mercado que aí está, a nossa política industrial. Com cem dias de Governo saímos de uma economia absolutamente fechada, uma coisa dissonante do momento que estamos vivendo, para regras e linhas muito nítidas do livre mercado.

Joelmir Betting: E inclui a liberação de preços?

Presidente: Sim. Ontem mesmo fizemos uma liberação de uma série de preços — de automóveis, de cimento. Mantivemos ainda controlados alguns preços — cesta básica, remédios e assim por diante. Mas essa liberação acontece e vai acontecendo na medida que pudermos associá-la a um ganho rápido para o consumidor.

Joelmir Betting: Em que sentido?

Presidente: No sentido em que, havendo a concorrência, a tendência é de que esses preços caiam. Acontecerá como aconteceu agora, por exemplo, em relação ao álcool, ao diesel e à gasolina. Quando vi pelo noticiário do *Jornal Nacional* aquele episódio de um senhor que estava vendendo gasolina um cruzeiro mais barato e recebeu depois um telex de um funcionário do

Governo — que realmente dentro da burocracia estava agindo corretamente, porque havia uma lei — informando que o dono do posto não podia vender gasolina mais barato.... Veja como estava, como ainda está o País, do ponto de vista desse entulho burocrático. No momento em que isso foi retirado — e eu tomei providências imediatas para tanto — o que verificamos? Em todo o Brasil já estão ocorrendo manifestações também dessa natureza: postos vendendo mais barato, concorrendo.

Então, essa liberação de preços hoje está associada, além da política global do programa econômico, a produtos cuja liberação traga imediatamente um ganho para o consumidor. Ou seja, o beneficiário será o consumidor. E é nesse sentido que estamos agindo.

Joelmir Betting: Presidente, o senhor não acha que a liberação de preços chega com cem dias de atraso, pelo menos? Não deveria ter sido adotada no dia do choque, quando tínhamos uma combinação fantástica de máximo de gordura nos preços com o mínimo de dinheiro nas empresas?

Presidente: Alguns defendiam, já àquela época, que isso acontecesse. Mas a gente governa além dos números, além das regras econômicas, das regras matemáticas, além de todas essas matrizes. A gente tem que governar também com um pouco da sensação do momento, de sensibilidade para o momento. E por outros motivos nós julgamos que não seria oportuno, naquele momento, proceder-se imediatamente à liberação da economia como um todo ou de grande parte, via preços.

De modo que acho que as coisas vêm ocorrendo a seu tempo. Alguns acham que está sendo rápido demais, outros acham que com algum atraso, mas na média as coisas vêm acontecendo a seu tempo, até mesmo em obediência aos nossos eclesiásticos, que dizem que há tempo para tudo. Há tempo para semejar, há tempo para colher, há tempo para festejar. Enfim, é isso que estamos fazendo.

Jornalista: Presidente, o senhor anda semeando a idéia parlamentarista. O senhor tem se declarado um adepto do sistema parlamentar de Governo. Eu pergunto ao senhor: e o parlamentarismo pode ser implantado no Brasil sem partidos fortes? Em segundo lugar, o senhor admite apresentar ao Congresso, por exemplo, um projeto restabelecendo a fidelidade partidária: deixou o partido perdeu o mandato?

Presidente: Ai tem-se que ver o que é para ser feito primeiro, o que deve ser constituído em primeiro lugar. Um sistema partidário forte ou o parlamentarismo? O que sei é que se tem que se começar por algum lugar, de algum modo. Depois de ouvida a população, pelo plebiscito que está previsto na nossa Carta Constitucional, o parlamentarismo tem que encontrar algumas condições para que possa ser implementado com sucesso. O primeiro deles é uma burocracia profissionalizada, cuja marca principal seja o mérito. Temos que ter uma burocracia competente, capaz, eficiente. E temos que ter também, como teremos, sem dúvida nenhuma, confio nisso, uma representação parlamentar de um nível elevado. Como todos nós sabemos, no parlamentarismo quem governa é o Parlamento. E nós, eventualmente, poderemos ser melhor ou pior governados, de acordo com a qualidade dessa representação. Então, acho que para prosseguirmos nessa linha temos que continuar atentos.

Jornalista: E a fidelidade partidária, Presidente?

Presidente: Acho que é implícita. Não precisaria haver uma lei obrigando algo que aqueles que se filiam a um partido já se acham moralmente obrigados. Isso não existe. Em nenhum lugar do mundo democrático, você vê essa falta de cumprimento aos estatutos, às diretrizes ou à determinação do partido. Então, quando é necessário se pensar numa lei para exigir fidelida-

de partidária, alguma coisa está errada lá atrás. E é esse erro lá atrás que temos que consertar e para ele encontrar uma solução.

Marília Gabriela: Presidente, agora eu gostaria de falar sobre exercício do poder, outra vez subdividindo. Por cem dias, o senhor lutou brilhante e competentemente para chegar aonde está. Então, eu gostaria de saber se era o que o senhor esperava. O senhor está gostando de ser Presidente?

Presidente: Eu gosto muito de ser Presidente da República. Eu me sinto muito bem, não tenho nenhuma reclamação a fazer. Ao contrário, só tenho tido instantes que rememoro com muita alegria. E estou, até para minha surpresa, exercitando a função de Presidente da República de uma forma bastante à vontade, coisa de que eu tinha alguma dúvida quando da campanha eleitoral. Mas eu estou me sentindo muito bem, sobretudo porque, consciente da função que exerço, consciente dos compromissos que tenho, estou com a consciência tranquila de estar fazendo rigorosamente aquilo que em praça pública me comprometi realizar.

Caderneta de Poupança

Marília Gabriela: Então, vamos falar um pouco de praça pública. O Presidente Bush, durante a sua campanha, ganhou muitos votos prometendo não aumentar os impostos. Aumentou. O senhor ganhou muitos votos prometendo não mexer na poupança. Mexeu. O que eu gostaria de saber é se faz parte do exercício do poder romper, ou melhor, reavaliar compromissos de campanha.

Presidente: Veja bem. A caderneta de poupança não foi mexida. Ela está aí rendendo os juros e correção monetária. Esse dinheiro será colocado novamente à disposição de seus legítimos titulares e depositantes no prazo, a contar de 15 de março, de 18 meses. O que tínhamos que conseguir é que o pessoal não gas-

tasse, que fizesse uma poupança forçada, para não estimular o consumo — porque o consumo, ao ser estimulado, fatalmente gera aumento de preços.

Diz-se que houve confisco. Não. Não houve confisco. Sequestro? Também não houve seqüestro. Estabeleceu-se, sim, uma compulsoriedade, ou seja, os depositantes da caderneta de poupança, compulsoriamente, abdicaram, ou melhor dizendo, deixaram de utilizar aquele dinheiro depositado no consumo, o que geraria mais inflação e tornaria todos os mecanismos da nossa política econômica ineficazes no seu combate.

Ao contrário, em muitas oportunidades venho sendo questionado por cumprir ao pé da letra aquilo que me proponho realizar. Quando eu digo que tenho isso para realizar e acertei isso, tenho que ir até o final, alguns dizem: «Mas em alguns instantes é preciso reavaliar, em alguns instantes é preciso, de alguma forma, rever aquilo que foi colocado, porque as circunstâncias vão exigir». Eu sempre reajo muito a isso, e procuro me manter nessa trilha de ir até o fim e de fazer até o fim. Fundamentalmente, é a maneira como venho agindo ao longo desses cerca de dez anos de atividade pública, e não tenho do que me queixar.

Desregulamentação

Bóris Casoy: Presidente, o contribuinte brasileiro anda quase escravizado pelo Governo. Ele perde um tempo enorme fazendo contas, enfrentando um grande emaranhado burocrático. Eu vou dividir, como a Marília Gabriela, a minha pergunta em duas partes. Primeiro, o senhor está consciente disso e está tomando providências para que a vida do brasileiro seja facilitada através do fim desse «carnê-leão», do «mensalão», desse monte de coisas que afetam a vida de todos nós? É verdade que o senhor se prepara para aumentar a carga tributária, ou seja, aumentar os impostos?

Presidente: O que desejamos fazer, em primeiro lugar, é descomplicar a vida do cidadão. Para isso, estamos com uma Comissão de Desregulamentação — tem um nome extremamente burocratizante — para fazer exatamente com que esses entulhos burocráticos não atormentem mais a vida do cidadão brasileiro. As leis são em quantidades enormes. São mais de cem mil decretos, não sei quantas mil leis complementares, é uma coisa enorme. É um aparato extraordinário, muito próprio do gigantismo do Estado de então.

Como sabemos, o poder no País foi exercido, no passado, sempre como uma forma de fortalecer o Estado. O que desejamos é fazer com que o Poder seja um instrumento de fortalecimento da sociedade. No momento em que se fortalece o Estado, se enfraquece a sociedade, e é por isso que essa interferência exagerada contribui para momentos surrealistas, como foi há alguns meses atrás o preenchimento do Imposto de Renda. Não havia como uma pessoa, mesmo com prática no preenchimento de formulário do Imposto de Renda, realizar aquele trabalho sem um certo desassossego. É uma coisa absolutamente incongruente, porque pediam-se recibos que não eram dados na outra ponta, por uma outra entidade do Governo, que só os dava trimestralmente, quando os tinha que dar mensalmente. Enfim, umas coisas absurdas.

Nós desejamos descomplicar a vida do cidadão, e para isso existe essa Comissão. Por exemplo, há uma lei no Brasil que diz que o rótulo de cerveja não pode ter mais de três cores. Há uma outra que diz que quem mora aqui em Brasília não pode comprar um carro em Goiânia e vice-versa. Existia aquela lei que dizia que o dono do posto de gasolina não podia vender abaixo da tabela. São coisas inteiramente do passado, quando o Estado era o objeto de culto dos governantes. Isso era realmente até compatível. Mas hoje não é mais. Nós estamos descomplicando a vida do cidadão de modo a torná-la menos dramática, vamos dizer assim.

No que diz respeito ao aumento de impostos, a prática do Governo desmente essa possibilidade. Se não estivéssemos nessa luta pela redução do déficit público, dos gastos do Governo e do aparato estatal, com processo de privatização, se não estivés-

semos tomando essas atitudes, aí sim poderiam dizer: «Bom, a única maneira que ele tem de equilibrar o orçamento será via aumento de impostos, emissão de moedas, ou empréstimo externo». Mas as nossas atitudes desmentem essa possibilidade, porque o que nós estamos querendo e já estamos gerando, desde o primeiro mês de governo, são superávits orçamentários. Isso é um dado extraordinário. Nós estamos gastando menos do que estamos arrecadando.

Arrecadação

Carlos Chagas: Mas há uma arrecadação um pouco superior agora, que pode cair, deve cair.

Presidente: Mas o superávit não se dá somente pelo aumento da arrecadação, mas sobretudo pela redução de despesas. As despesas foram reduzidas e continuarão sendo — algumas despesas vão ser reduzidas um pouco mais adiante também. Quando iniciar o processo de privatização, por exemplo, as receitas engrossarão em alguns bilhões de dólares. Assim, o fato de estarmos tratando de encontrar recursos próprios, diminuindo as despesas e tentando melhorar e agilizar a máquina tributária, no sentido de impedir a sonegação, de combater o sonegador, significa que não há necessidade de aumentar os impostos. Haveria se nós não estivéssemos agindo dessa maneira.

Bóris Casoy: Presidente, parece que o senhor está muito satisfeito com a sua equipe de governo. Então, não procederiam os rumores de que o senhor se prepara para uma reforma ministerial?

Presidente: Não, de jeito nenhum. Isso não procede. O time continua coeso, unido e trabalhando duramente pelo sucesso e consolidação do programa econômico.

Joelmir Betting: Presidente, o Congresso deixou a lei salarial para agosto. Até lá a gente vai conviver com a medida provisória do Governo. Então, eu gostaria de saber como vai ficar o nosso salário de setembro. Haverá indexação das faixas menores? O senhor admite essa reindexação, ou vai voltar a brigar pela livre negociação, assim com casca e tudo?

Presidente: Nós tínhamos que encontrar um mecanismo transitório, portanto provisório, que nos levasse da tutela absoluta do Estado nas disputas ou nas demandas salariais para a livre negociação. O tema foi abordado na última entrevista coletiva que concedi aqui em Brasília, no auditório do Ministério das Relações Exteriores. Eu solicitara, por aqueles dias, tanto ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social quanto à Ministra da Economia, que estudassem essa fórmula.

No entanto, quando o assunto começou a ser discutido e foi levado ao debate na mesa do entendimento nacional, o Congresso, por suas lideranças, manifestou que talvez não fosse interessante que o Governo sugerisse uma política salarial e deixasse a tarefa ao Congresso, até porque estaria dentro de suas atribuições constitucionais encontrar uma fórmula que desaguasse numa política salarial de transição, que nos levasse da intervenção à livre negociação. No dia 25 ou 26, porém, os nossos líderes chegaram a mim e disseram: «O Congresso não conseguiu elaborar uma política salarial, e nós concordamos com que o Executivo remeta uma medida provisória para que não fique esse espaço vazio, sem uma âncora onde se possam sustentar até mesmo algumas demandas que vêm sendo feitas via TRTs».

Enviamos, então, a medida provisória. Não cedemos em nenhum instante à tentação da indexação, porque quem pagaria por ela seria o próprio trabalhador, não tenha a menor dúvida. E esse é um preço que nós não podemos mais sequer supor que

haja possibilidade de alguém pagar. A indexação, volto a frisar, remeteria o País definitivamente para uma triste escolha: de um lado a hiperinflação; do outro, a recessão brutal. De modo que quando o Congresso volte a se reunir no mês de agosto, esperamos encontrar uma solução de consenso, que naturalmente seja adequada ao momento que estamos vivendo e que não fira de morte o programa econômico.

Joelmir Betting: O senhor poderia admitir pelo menos o reajuste mensal pela inflação do mês, até três salários mínimos?

Presidente: Quando a gente fala em três salários mínimos estamos falando em algo com 45% da massa salarial do País. São cálculos que devem ser feitos. São, enfim, propostas que devem ser apresentadas para discussão. Mas temos que fazer as diversas contas dos impactos que isso venha a causar à economia como um todo por ferir, de alguma forma contundente, o programa de governo.

Carlos Chagas: Presidente, eu faria primeiro um adendo à pergunta do Joelmir. O Governo estabeleceu a livre negociação. Muitos sindicatos, sindicatos fortes, especialmente de São Paulo, aceitaram a livre negociação, mas a grande massa assalariada do País às vezes não tem nem sindicato. Isso não é uma negociação livre entre a guilhotina e o pescoço?

Presidente: Mas é por isso mesmo que estabelecemos essa política salarial transitória. Veja bem, já na minha última entrevista coletiva eu alertava para isso. Dizia que havia sindicatos fortes, que estavam muito bem representados pelos seus líderes e que, portanto, negociariam diretamente, como vários fizeram. Mas outras categorias, por não estarem tão organizadas, não poderiam ser lançadas de repente numa negociação em que, seria fácil se supor, levariam desvantagem. Por isso determinei que fosse estabelecida, por parte do Governo, na ausência de uma decisão a esse nível do Congresso Nacional, uma política salarial transitória que nos levasse dessa intervenção total à livre negociação. Nesse processo, nessa transição, aqueles que conseguissem, pela livre negociação, entendimentos e acordos como

os que foram conseguidos, muito bem. E aqueles que necessitam de um amparo do Governo, o teriam através de instrumento legal que está consubstanciado na medida provisória.

Emprego

Carlos Chagas: Presidente, apenas para concluir. Demissões, colocações em disponibilidade estão acontecendo aos milhares. E não apenas os ociosos estão sendo colocados em disponibilidade ou indo para a rua. A medida tem atingido muita gente que trabalhava, muita gente preparada. Eu pergunto ao senhor se não havia outra fórmula a não ser esta?

Presidente: Não, não havia outra fórmula. Hoje devemos estar próximos de cerca de 200 mil pessoas dispensadas ou colocadas em disponibilidade. E é claro que, num número como esse, não se pode imaginar que não tenham havido alguns equívocos. Com vista à correção desses equívocos, estamos recebendo e examinando outras informações. As próprias pessoas prejudicadas, feridas no seu amor próprio quando realmente funcionários competentes e assíduos, têm feito chegar a nós esse tipo de reclamação. E nós iremos rever esses casos, mas depois de concluída a reforma administrativa. A nossa reforma não deseja cometer injustiças com quem quer que seja, absolutamente. E a questão da disponibilidade é um instrumento que a Constituição nos dá para promover uma adequação das nossas receitas correntes ao pagamento de pessoal.

A Constituição, num artigo das Disposições Transitórias, diz que o comprometimento com a folha de pessoal não pode ultrapassar 65% das receitas correntes. Isso significa que a União, os Estados e os Municípios devem adequar a sua folha de pessoal a esse percentual das receitas correntes. Eu pergunto: como fazer isso, se de um lado há a estabilidade, de outro lado há a irredutibilidade dos salários? Por sinal, sobre a matéria, há na Constituição um certo conflito. Ela fala em irredutibilidade,

mas fala também que, havendo acordo entre os sindicatos e as classes patronais, os salários podem ser reduzidos. São dúvidas que têm que ser esclarecidas.

Enfim, como fazer essa adequação se há a estabilidade, se há a irredutibilidade e se a colocação em disponibilidade, eventualmente deve garantir ao funcionário os seus vencimentos integrais? Seria absolutamente inócuo inserir a disponibilidade na Constituição se o entendimento e o espírito fossem esses.

Então precisamos trabalhar para adequar a nossa Constituição, nos momentos em que ela suscite dúvidas como essa que estamos vivendo. É absolutamente necessário que façamos essa parte da reforma administrativa no que tange a pessoal. Não poderíamos mais continuar com uma máquina ineficiente, desacreditada pelo desempenho que teve em governos passados, quando uma mãe chegava com o filho para curar um ferimento e o médico não estava, ou não tinha mercúrio cromo, ou faltava um esparadrapo. Chegava à escola, faltava carteira, faltava professor, não tinha giz, não tinha quadro-negro. Chegava para reclamar qualquer coisa, qualquer atentado a um seu legítimo direito e não tinha a quem reclamar. Isso fez com que o aparato estatal caísse no descrédito absoluto.

Nós precisamos tornar essa máquina mais eficiente. Para tanto ela tem que ser mais enxuta, para que graneie novamente a confiança da sociedade. Aí sim, o Estado será fortalecido pela via correta, ou seja, do respeito que ele deve ter pela sociedade, e da sociedade que vê os impostos que está recolhendo ao Tesouro Nacional estão sendo devolvidos a ela com serviços públicos de boa qualidade, diferentemente do que ainda acontece hoje, quando se paga o imposto e não se tem o serviço público. Então, é necessário, é determinante para o sucesso da reforma administrativa como um todo, esse novo tratamento que se quer dar à máquina burocrática, tornando-a mais eficiente, pagando salários condignos, dando condições de ascensão funcional e valorizando o servidor público.

Há alguns anos atrás, não há muitos, em Alagoas, eu era apresentado a alguém: «Olha, esse senhor aqui é funcionário público federal». E com que orgulho aquela pessoa dizia ser funcionário público federal. Ele era automaticamente alçado à

condição de um dos líderes da comunidade pelo respeito que se tinha pelo serviço prestado por aquele servidor público. Hoje, isso infelizmente não existe mais. O que queremos, portanto é recuperar para o servidor público o orgulho de prestar serviços à sociedade. Com trabalho, com muito esforço, não sem algumas dificuldades, nisso eu acredito e tenho certeza de que iremos alcançar.

O Presidente

Marília Gabriela: Presidente, como essa entrevista vai terminar aqui comigo, eu gostaria de saber se posso ser pouco pessoal, fazendo duas perguntinhas. Tudo bem?

Presidente: Sim.

Marília Gabriela: Nas primeiras semanas de seu governo, as suas atividades esportivas ocuparam grandes espaços nos meios de comunicação, e todo domingo o senhor aparecia com uma novidade. Isso levou a uma certa confusão entre a sua vida pública e a sua vida privada. Eu não sei se o senhor concorda com isso, mas o fato desse noticiário hoje ser mais escasso significa uma nova postura de sua parte? O senhor estaria definitivamente colocando em departamentos estanques: este é o cidadão Fernando Collor e este é o Presidente Fernando Collor?

Presidente: Minha gente, eu tenho 40 anos de idade. Não posso negar nem a minha idade nem a minha condição de uma pessoa que se dedicou absolutamente aos esportes. Nem acho que devo agora, por ser Presidente da República, ter de renunciar a algumas atividades esportivas que gosto de fazer, que sempre gostei de fazer como o karatê, correr, de andar de motocicleta. Sempre gostei de velocidade, sempre gostei de lanchas, sempre gostei de futebol, sempre gostei de vôlei, sempre gostei, enfim, dessa gama enorme de esportes que eu procuro praticar.

Marília Gabriela: Mas o senhor não tem feito isso mais vezes?

Presidente: Tenho. É por isso que deixou de ser novidade. Antigamente eu fazia tudo isso. Em Alagoas, por exemplo, eu sempre fazia, mas era uma coisa normal, porque eles estavam acostumados a me verem fazendo aquilo. Então, de repente, quando chega um Presidente que, em primeiro lugar, tem 40 anos de idade, por aí só já é uma coisa que o pessoal diz: «Poxa, mas o Presidente tem que ser mais velho, tem que ser assim, tem que ser assado».

Tem certos padrões que são inteiramente anacrônicos, mas que alguns ainda têm muito gravado na mente, e quando vêem o Presidente fazendo esporte isso vira novidade. Então todo dia saía. Agora deixou de ser novidade. Por quê? Porque sentiram que é um hábito, uma coisa que eu faço normalmente, naturalmente. Com exceção de alguns esportes mais perigosos, dos quais minha mãe desde criança sempre reclamava, e que não pratico para atendê-la porque eu comprehendo as preocupações que a dominam — no restante eu venho tendo uma vida absolutamente normal e praticando todos os esportes que sempre pratiquei.

Bóris Casoy: Mas tem um esporte muito perigoso que o senhor adotou que é pilotar carrinho de supermercado.

Presidente: Não. Essa é uma atividade que me dá muita satisfação, sobretudo porque a gente entra em contato direto com o que a sociedade deseja, com o que a dona de casa quer. Nas vezes em que fui ao supermercado, vi coisas extraordinárias, de sugestões de pessoas que vinham com um produto: «Olha aqui, Presidente. Esse produto aqui não está bom. Manda ver se está bom». Enfim, é uma maneira de estabelecermos contato direto com a população, ouvindo muita coisa importante e detectando algumas coisas que precisam ser consertadas. Portanto é uma atividade muito agradável, não é perigosa.

Marília Gabriela: Concluindo, a sua mulher, D. Rosane, em várias ocasiões manifestou o desejo, a vontade de ter um filho — recentemente, inclusive —, e já no primeiro ano de governo.

Então eu gostaria de saber se vem aí um novo morador para a Casa da Dinda.

Presidente: Isso tudo depende muito mais dela do que propriamente de mim. Eu vejo a Rosane muito entusiasmada com o trabalho que está desenvolvendo na Legião Brasileira de Assistência. Portanto, se ela julgar conveniente que nós, nesse momento, pensemos em ter mais um morador na Casa da Dinda, não tenha dúvida de que será um momento de muita felicidade para mim. Mas isso depende muito mais da própria mulher do que de nós, homens. Nós somos, sempre, comandados pelas mulheres. É difícil admitir, mas é a verdade. No fundo, no fundo, nós homens, até de uma maneira ainda machista — que têm os latinos, de um modo geral — queremos às vezes passar a idéia de que o homem é que comanda. Mas no fundo, no fundo, quem comanda é sempre a mulher. Ela sempre faz rigorosamente aquilo que deseja, embora o homem pense que ela está fazendo aquilo que ele quer. Isso é um engano, e eu sempre percebi isso e por isso é que eu coloco nas mãos da minha mulher certas decisões que somente a ela cabe tomar.

Marília Gabriela: Obrigada pela entrevista e obrigada pela última gentileza ao nosso gênero.

Presidente: Muito bem. Muito obrigado a todos.

*Entrevista concedida a
jornalistas de emissoras de televisão, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto,
no dia 4 de julho de 1990.*